

# Governo muda novamente

**CORREIO BRAZILIENSE** Brasília, terça-feira, 29 de novembro de 1988

9

## proposta orçamentária

O Governo Federal surpreendeu ontem a comissão de orçamento, ao enviar ao Congresso Nacional uma terceira mensagem alterando a proposta orçamentária. A manobra, que causou revolta entre os parlamentares, reduziu a flexibilidade do Legislativo de fazer modificações no documento, inclusive limitando seu campo de ação sobre a rolagem da dívida de Estados e Municípios. A manobra, porém, não evita que a comissão modifique o orçamento de modo a favorecer a posição dos governadores no caso da rolagem das dívidas estaduais.

A nova mensagem chegou ao Congresso depois das 15 horas, quando a comissão já se preparava para iniciar a discussão e votação do orçamento. A possibilidade de entendimento entre Executivo e Legislativo a respeito da dívida dos Estados e Municípios, ponto crucial do orçamento, foi descartada no final da manhã de ontem, depois de quatro dias de intensas negociações. O Governo Federal em nenhum momento admitiu reduzir sua meta para o déficit público, inviabilizando o sucesso dos entendimentos.

A terceira mensagem, segundo avaliação de membro da comissão, transfere a responsabilidade política por eventuais aumentos da inflação dos ombros do Executivo para o Congresso. O chefe da Casa Civil, ministro Ronaldo Costa Couto, contestou a manobra acusada por parlamentares ao afirmar que foi o

Congresso que rompeu as negociações e que o Executivo teria feito tudo para evitar hiperinflação.

### JOGADA

O deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG) disse ontem que o pedido de Sarney para reabrir as negociações na sexta-feira não passava de um "jogo de cena". Segundo o parlamentar, o objetivo do Governo era ganhar tempo para preparar a nova mensagem.

A proposta do Governo foi recebida pelo presidente do Senado Federal, senador Humberto Lucena, na forma de mensagem aditiva ao primeiro documento enviado ao Congresso e substitutivo do segundo, apenas. Isso preservou o trabalho que a comissão fez sobre mais de três mil emendas relativas ao primeiro documento e que estaria perdido, caso o Congresso recebesse a terceira mensagem como substitutiva das duas primeiras.

### FLEXIBILIDADE

A decisão retira algum poder da comissão de orçamento, na medida em que a impede de fazer composições entre uma e outra mensagem. Na verdade, a comissão terá que compatibilizar as pretensões dos governadores à realidade incluída no novo documento.

O vice-presidente da comissão, deputado César Maia

(PDT-RJ), explicou que, ao considerar a mensagem um aditivo a primeira proposta orçamentária, o senador Lucena impediu a comissão de efetuar novos cortes de despesas para viabilizar a solução que atenda a Estados e Municípios.

### BUROCRACIA

A burocracia do Senado impediu que os membros da comissão tivessem acesso imediato ao novo documento do Executivo. Até o início da noite de ontem, nem o presidente Cid Carvalho conhecia os termos da mensagem. A comissão, entretanto, esperava que a nova proposta não alterasse o volume das despesas estimadas no primeiro orçamento. Segundo César Maia, se diminuísse o nível de despesas, cairia, consequentemente, a capacidade de cortes da comissão que pudesse compensar a diminuição de receitas necessária para o refinanciamento da dívida de Estados e Municípios.

Cid Carvalho convocou outra reunião para as 22 horas de ontem. Ao explicar a comissão a manobra do Governo Federal, Carvalho lamentou que o Executivo não tenha atendido aos apelos de diálogo, feitos pelo Congresso. O presidente da comissão disse que, apesar das dificuldades criadas pelo Governo, o Congresso não abrirá mão das suas prerrogativas constitucionais, inclusive no que se refere a legislação de matéria econômica.